

Reproductive and Health Rights of Transgender People An Ethical and Clinical Imperative for Contemporary Gynecology

Direitos Reprodutivos e de Saúde das Pessoas Trans Um Imperativo Ético e Clínico para a Ginecologia Contemporânea

Renato Silva Martins¹

A medicina reprodutiva e a ginecologia encontram-se numa encruzilhada histórica. O reconhecimento crescente da diversidade de género na nossa sociedade exige uma reflexão profunda sobre as práticas clínicas e a forma como prestamos cuidados às pessoas transgénero e de género diverso (TGD). Portugal, pioneiro na legislação de direitos LGBTI+, posiciona-nos numa posição privilegiada para liderar esta transformação na prática médica.

O CONTEXTO PORTUGUÊS: DISPOSITIVO LEGAL, DESAFIOS CLÍNICOS

Portugal tornou-se o segundo país a nível mundial a adotar legislação abrangente que protege os direitos de autodeterminação e integridade corporal das pessoas trans e intersexo. As pessoas transgéneras em Portugal estão protegidas por leis antidiscriminação e têm o direito de alterar o nome e género nos documentos legais, enquanto os cuidados de saúde de afirmação de género estão disponíveis através do sistema público de saúde.

Esta realidade legal contrasta, porém, com lacunas significativas na formação médica e na prática clínica especializada. “A orientação da Estratégia de Saúde para Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo mantém-se inalterada. Esta baseia-se em evidência cien-

tífica, defendendo uma abordagem centrada na pessoa e de acordo com o consentimento livre e informado”, conforme comunicado pelo Ministério da Saúde.

DESAFIOS ESPECÍFICOS NA SAÚDE REPRODUTIVA TRANS

1. Cuidados Ginecológicos Afirmativos

A visibilidade e os cuidados das pessoas transgénero e de género diverso (TGD) são uma componente importante da ginecologia. Os indivíduos trans masculinos necessitam de cuidados ginecológicos de rotina e preventivos. A literatura recente demonstra que as diretrizes podem ser extrapoladas da população feminina cisgénero, utilizando linguagem afirmativa e adaptações específicas.

2. Impacto da Terapia Hormonal de Afirmação de Género (THAG)

Embora o conhecimento sobre o efeito da THAG esteja a crescer, pontos cegos permanecem por descobrir. Por isso, é necessária investigação adicional nesta população específica, preferencialmente comparando resultados antes e depois do início da THAG. Esta realidade exige dos ginecologistas uma compreensão aprofundada dos efeitos hormonais nos órgãos reprodutivos.

3. Preservação da Fertilidade

Os cuidados de saúde reprodutiva especializados de preservação da fertilidade para indivíduos transgénero e de género diverso são algo fundamental no apoio e orientação destes doentes. Deve ser realizada inves-

1. Medical Director OvomCare PT, Bloom Marinha – Cascais.
– Professor Auxiliar, Universidade da Beira Interior – Faculdade de Ciências da Saúde, Covilhã, PT.
– Médico Assistente Graduado/Consultor em Ginecologia e Obstetrícia, Sub Especialista em Medicina da Reprodução, Competência em Ecografia Obstétrica Diferenciada Nível I e II.

tigação para examinar os efeitos das intervenções médicas na fertilidade. A preservação de gâmetas antes do início da THAG representa uma janela de oportunidade crítica que exige aconselhamento especializado.

IMPERATIVO ÉTICO E CLÍNICO

Cuidados Centrados na Pessoa

Por definição, as intervenções médicas para pessoas transgêneras não são diferentes do tratamento de pessoas cisgênero, mas não podem ser isoladas do contexto social e psicológico específico. Esta perspectiva holística exige:

- **Linguagem inclusiva:** Adaptação da terminologia médica para incluir “pessoas com útero” ou “pessoas que menstruam” quando clinicamente relevante
- **Ambiente acolhedor:** Criação de espaços seguros e afirmativos nas consultas ginecológicas
- **Formação contínua:** Educação médica especializada sobre as necessidades específicas da população TGD

Desafios na Prática Rural e Urbana

A população transgénera enfrenta disparidades no acesso aos serviços de cuidados ginecológicos, especialmente em contextos rurais. Existe conhecimento limitado entre os profissionais médicos sobre cuidados ginecológicos específicos para transgéneros. Esta realidade exige estratégias diferenciadas de formação e acesso aos cuidados.

RECOMENDAÇÕES PARA A PRÁTICA CLÍNICA

1. Protocolos Específicos

- Desenvolvimento de normas de orientação nacionais para cuidados ginecológicos em pessoas TGD
- Estabelecimento de protocolos de rastreio adaptados (citologia cervical, mamografia)
- Implementação de vias de referência multidisciplinar

2. Formação Médica Continuada

- Integração de módulos sobre saúde trans nos currículos de ginecologia

- Workshops práticos sobre comunicação afirmativa
- Atualização regular sobre investigação emergente

3. Investigação Nacional

- Estudos sobre prevalência e necessidades da população TGD em Portugal
- Avaliação do desfecho final de saúde reprodutiva após THAG
- Desenvolvimento de indicadores de qualidade específicos

O FUTURO DA GINECOLOGIA INCLUSIVA

A medicina reprodutiva do século XXI exige uma abordagem que transcenda os paradigmas tradicionais de género binário. Os cuidados de saúde transgénero vão frequentemente além de uma perspetiva médica: criar e manter condições físicas para o funcionamento social sob os sinais do sexo individualmente apropriado.

Esta transformação não representa apenas uma adaptação técnica, mas uma evolução ética fundamental da nossa especialidade. Portugal, com o seu quadro legal progressivo e sistema de saúde universal, tem a oportunidade única de se tornar referência europeia nos cuidados ginecológicos afirmativos.

CONCLUSÃO

A inclusão efetiva das pessoas TGD nos cuidados ginecológicos não é uma questão de adequação política, mas um imperativo médico baseado em evidência científica e princípios éticos fundamentais. A nossa responsabilidade enquanto profissionais de saúde reprodutiva é garantir que todos os indivíduos, independentemente da sua identidade de género, recebam cuidados de excelência, dignos e culturalmente competentes.

O caminho à nossa frente exige coragem para questionar práticas estabelecidas, humildade para aprender com as experiências das pessoas TGD e determinação para implementar mudanças sistémicas. Portugal tem os alicerces legais; cabe-nos agora construir a excelência clínica que esta população merece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. European Commission against Racism & Intolerance. (2018). ECRI Report on Portugal. Council of Europe.
2. Auer, M.K., et al. (2024). Reproductive health in trans and gender diverse patients: Transgender medicine: contextual trans gynecology. *Reproduction*, 168(5), REP-24-0045.
3. Committee on Gynecologic Practice. (2024). Gynecologic Care of Transgender and Gender-Diverse People. *Obstetrics & Gynecology*, 143(2), e89-e102.
4. van der Meer, C., et al. (2025). Fertility in transgender and gender diverse people: systematic review of the effects of gender-affirming hormones on reproductive organs and fertility. *PubMed*, 39854640.
5. Sterling, J., & Garcia, M.M. (2022). Reproductive health in transgender and gender diverse individuals: A narrative review to guide clinical care and international guidelines. *International Journal of Transgender Health*, 24(1), 28-45.
6. Direção-Geral da Saúde. (2024). Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 'Portugal + Igual'. Ministério da Saúde.
7. World Health Organization. (2024). Sexual and reproductive health and rights of transgender and gender diverse people: Technical brief. WHO Press.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Renato Silva Martins

E-mail: renato.alessandre@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7837-5513>